

| 62 | RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA: SUPERANDO VULNERABILIDADES E ENFRENTANDO DESASTRES

Rubenilda Maria Rosinha Barbosa

O crescimento econômico assume centralidade no modelo de desenvolvimento do país, e traz consigo os impactos por demais conhecidos nas cidades brasileiras: adensamento e verticalização sem planejamento, sem a provisão adequada da infraestrutura urbana – sistemas de saneamento básico, sistema de transporte, e programas de habitações para a população de mais baixa renda, levando a crises de mobilidade urbana, ocupações de áreas de risco, entre outros.

Essa forma desordenada de uso e ocupação do solo, sem planejamento urbano e provisão de habitações e infraestrutura urbana adequadas, quando associadas a eventos climatológicos de chuvas, mais intensas e frequentes, podem potencializar deslizamentos de barreiras, alagamentos e inundações. Em outras cidades mundiais os desastres contemplam furacões, tsunamis, terremotos, geadas e frentes frias, cujos danos costumam ser maiores, pela magnitude dos desastres, se comparados aos deslizamentos e inundações. A gravidade e a amplitude dos danos já extrapolam as populações de baixa renda, normalmente os mais vulneráveis e mais gravemente atingidos, e atingem grupos sociais de distintas faixas de renda, algumas vezes levando à paralisação temporária e ao precário funcionamento de cidades inteiras.

Impulsionados pela amplificação dos desastres no nível mundial, as Nações Unidas, o Banco Mundial, entre outras organizações, têm envidado esforços na construção de agendas que busquem fortalecer os países e as cidades a enfrentarem tais desastres. O Banco Mundial vem priorizando o fortalecimento governamental para cumprir seu papel diante das tragédias, através de mecanismos de capacitação e controle da gestão de recursos e de formulação de políticas públicas para mitigar e reduzir os desastres; a ONU vem apostando mais fortemente no fortalecimento da sociedade para que esteja mais preparada, pois a experiência mundial de enfrentamento dos desastres aponta evidências do protagonismo que comunidades e sociedades têm alcançado: na promoção de solidariedade, na redução perdas humanas, no alívio aos atingidos e na contribuição para superação dos traumas e das dificuldades associadas ao pós-desastre.

Esse cenário tem mobilizado, mundialmente, reflexões e estratégias entre gestores, pesquisadores, líderes da sociedade civil e até da iniciativa privada sobre a necessidade de construir cidades resilientes e com capacidade para se recuperarem dos desastres e se adaptarem às mudanças climáticas, de forma mais sustentável.

Essa temática tem sido prioridade em nível mundial e federal, tanto que foi lançada a cartilha “Construindo Cidades Resilientes: minha cidade está se preparando”, produzida originalmente pela United Nations International Strategy for Disaster Reduction (UNISDR) e traduzida por diversos órgãos governamentais brasileiros. O Brasil também é signatário do Quadro de Ação de Hyogo, adotado em 2005, por 168 estados que estavam reunidos no Japão, com o objetivo de construir a resiliência de nações e comunidades até o ano 2015, tanto que a Secretaria Nacional da Defesa Civil (SEDEC) elaborou o documento “National progress report on the implementation of the Hyogo Framework for Action (2009-2011).

O relatório do Painel de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global “Povos Resilientes Planeta Resiliente: Um Futuro Digno de Escolha”, ao trazer o termo no título, evidencia seu uso, de forma ampliada, associado não apenas às localidades, mas também aos seres humanos e suas coletividades.

Portanto, o que essa agenda traz de novo é que as incertezas e os riscos deveriam assumir um lugar privilegiado no planejamento. No nível local, evidencia que para uma cidade ser sustentável, deve, antes de tudo, ser resiliente, ou potencializar manifestações de resiliência. Na contemporaneidade o conceito de resiliência é abrangente, permitindo que seja apropriado tanto pelas ciências exatas, onde se originou, quanto pelas ciências da saúde, humanas e sociais. Sempre traz consigo a ideia da resiliência como um processo. Dessa forma, a emergência de determinadas condições psicossociais, culturais e ambientais possibilitam, nos indivíduos, grupos e comunidades, o desenvolvimento de resistências e capacidades de enfrentar as adversidades que se apresentam, saindo mais fortalecidos (as) nesse embate.

Esse construto teórico é utilizado no âmbito individual e comunitário. No primeiro, a partir de um estudo exaustivo feito por Kotliarenko (1997) do conceito de resiliência, Melillo (2005) faz uma síntese das características do sujeito resiliente, apontando: habilidade, adaptabilidade, baixa suscetibilidade, enfrentamento afetivo, capacidade, resistência a destruição, condutas vitais positivas, temperamento especial e habilidades cognitivas. Comenta, então, que se destacam dois elementos cruciais que se produzem em função de processos sociais e intrapsíquicos, uma vez que “a resiliência depende de certas qualidades do processo interativo do sujeito com outros seres humanos, responsável pela construção do sistema psíquico humano” (MELILLO, 2005, p.61).

Complementando, Froma Walsh (1998), citada em Ravazzola (2005, p. 81) tendo em mente reforçar as qualidades presentes nos sujeitos sociais, ressalta a necessidade das relações serem permeadas pelas práticas de: 1. Atitudes demonstrativas de apoios emocionais; 2. Diálogos que estabeleçam acordos entre prêmios e castigos; 3. Conversações que permitam construir significados compartilhados sobre os acontecimentos prejudiciais, com coerência narrativa e sentido dignificador para seus protagonistas.

No que concerne à resiliência comunitária, Ojeda (2005, p.48) refere que atualmente ela pode ser considerada como “ferramenta, de genuíno cunho latino-americano, que pode ser utilizada sem temor na luta contra a pobreza e a desigualdade”. Desse modo, Ojeda (2005, p. 50-3) identifica alguns pilares fundamentais de resiliência comunitária, que são: 1. Auto-estima coletiva, quando ocorre atitude e sentimento de orgulho pelo lugar em que se vive; 2. Identidade cultural implica na incorporação de costumes, valores, expressões idiomáticas, danças, canções etc., que se transformam em componentes inerentes ao grupo; 3. Humor social é a capacidade de alguns grupos ou coletividades de “encontrar a comédia na própria tragédia”; 4. Honestidade coletiva ou estatal refere-se ao manejo decente e transparente da função pública. Além desses pilares, cita algumas condições descritas em bibliografias correntes tais como: “a capacidade de gerar lideranças autênticas e participativas, o exercício de uma democracia efetiva na tomada de decisões cotidianas e a “inclusividade” de uma sociedade em que não haja discriminação” (p. 53). Corroborando, Adger (2000) define resiliência comunitária como a habilidade de comunidades conseguirem suportar choques externos na sua infraestrutura social.

Dessa maneira, comunidades resilientes seriam aquelas capazes de desenvolver formas efetivas de lidar com os desafios que se apresentam, incluindo aí também os desastres. Isso é particularmente importante, pois as populações mais fortemente atingidas são aquelas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade socioambiental, ou seja, os mais pobres. Estes, moram de forma mais insegura, muitos convivendo com o risco permanente de terem suas casas alagadas ou sob risco de deslizamento, quando ocorrem chuvas intensas. Esses desastres são periódicos, às vezes sazonais, mas estão assumindo uma magnitude cada vez maior, o que requer maiores investimentos das políticas públicas no fortalecimento da resiliência dessas comunidades.

Godschalk (2003, p. 137) argumenta que os programas tradicionais de “hazard mitigation” têm concentrado o foco em produzir sistemas físicos resistentes a desastres. No entanto,

futuros programas de redução de riscos devem também ter o foco em ensinar/preparar as comunidades sociais da cidade e instituições a reduzir os “hazard risks” e responder de forma efetiva aos desastres, pois elas serão as grandes responsáveis em construir e efetivar a resiliência urbana. Com isso, o autor defende a visão de que “cidades resilientes” seriam uma rede de sistemas físicos e comunidades humanas. Os sistemas físicos incluem os ambientes naturais e os construídos e funcionariam como o “corpo” das cidades, seus ossos, artérias e músculos. Já as comunidades urbanas são os componentes sociais e institucionais da cidade, que operam como seu “cérebro”, direcionando suas atividades, atendendo a suas demandas e aprendendo com suas experiências. A maioria dos estudos sobre cidades resilientes tem concentrado o foco na produção de sistemas físicos resistentes a desastres e outras adversidades. No entanto, argumenta o autor, os grandes responsáveis em efetivar a resiliência urbana serão as comunidades resilientes, que também devem ser o foco de estudos e pesquisas, pois cidades sem comunidades resilientes seriam extremamente vulneráveis e pouco sustentáveis.

Esta sessão livre se insere com o propósito de aprofundar o debate com pesquisadores que estudam o ambiente urbano, a psicologia social e comunitária, a sociologia das redes comunitárias e sociais, a teoria social do risco, suas dimensões e vulnerabilidades, na busca de uma compreensão mais aprofundada de como se estabelece e se desenvolvem as situações de risco, de incerteza, buscando possibilidades de identificar potenciais para a resiliência comunitária na superação de crises e diante de situações de desastres.

Os resultados das discussões subsidiarão as pesquisas desenvolvidas pelos participantes desta sessão, no intuito de reformular teorias, compartilhar conhecimento, experiências, refletir sobre novas abordagens e práticas de planejamento, e repensar a gestão e as políticas públicas com alternativas que valorizem as dimensões ambiental, social e cultural, bem como as formas de associações e particularidades locais, que constroem as redes comunitárias, a solidariedade e a resiliência de comunidades e populações no enfrentamento de crises e de desastres.

Palavras-chave: resiliência comunitária, resiliência individual, redes comunitárias e redes sociais, desastres, indicadores de resiliência comunitária

A IMPORTÂNCIA DAS REDES COMUNITÁRIAS E SOCIAIS NA PROMOÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DE RESILIÊNCIA

Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque

Resumo

As redes comunitárias desempenham um importante papel na construção de vínculos e de laços comunitários, tanto para superação de dificuldades cotidianas, lutas por políticas públicas e de direitos, como no fortalecimento de sociabilidade e solidariedade. Que características e mecanismos de funcionamento essas redes possuem que pode potencializar solidariedade e resiliência? O crescimento em nível mundial das redes sociais atinge distintos grupos e classes sociais e potencializam contatos rápidos e virtuais que fazem a comunicação rapidamente atingir vários continentes. Esse potencial de velocidade da comunicação das redes sociais ainda é pouco explorado pelas políticas públicas. Como esses recursos podem potencializar solidariedade e resiliência? Em situações de desastre, como o potencial dessas

redes sociais e das redes comunitárias locais podem ser melhor aproveitadas em ações de sinergia entre sociedade civil e poder público?

Palavras-chave: redes comunitárias, redes sociais, redes de solidariedade, sociabilidade, indicadores de resiliência comunitária

A RESILIÊNCIA INDIVIDUAL E A RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA NA SUPERAÇÃO DE TRAUMAS E EM SITUAÇÕES DE DESASTRES

Regina Coeli

Resumo

O que faz com que determinados indivíduos superem traumas individuais e que comunidades superem desastres ou catástrofes coletivas? Por que alguns indivíduos e algumas comunidades ou populações enfrentam, vencem e saem fortalecidos ou transformados por experiências de adversidades e traumas? Quais as características e capacidades de um sujeito resiliente e de uma comunidade resiliente? Quais os fatores de proteção que podem facilitar a resiliência individual e comunitária? Como se processa a resiliência no nível comunitário para enfrentar o stress cotidiano? Que mecanismos individuais podem ser deflagrados para uma ação de ajuda e socorro ao outro e mesmo de forma mais coletiva? Como as políticas públicas podem contribuir para desenvolver comportamentos resilientes tanto no nível individual como coletivo? Que indicadores são mais relevantes para caracterizar um sujeito resiliente ou uma comunidade resiliente?

Palavras-chave: resiliência individual, resiliência comunitária, mecanismos de superação pós-trauma, desastres, indicadores de resiliência comunitária

COMO A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL PODE FACILITAR A SOCIABILIDADE E INFLUENCIAR A RESILIÊNCIA DE COMUNIDADES

Circe Maria Gama Monteiro

Resumo

Inúmeros estudos demonstram a influência da configuração espacial na facilitação de sociabilidades ou, ao contrário, no aumento de condições de risco. Como essas configurações espaciais podem, de fato, facilitar a ocorrência de sociabilidades e minimizar condições de risco? Como essas configurações podem indicar caminhos que facilitam a construção de resiliência de comunidades? Que indicadores são relevantes para apontar configurações espaciais que possam facilitar sociabilidades e processos de resiliência no cotidiano e em situações de desastres, principalmente inundações, alagamentos e deslizamentos? Essas são algumas das questões que serão tratadas nesta sessão temática buscando contribuir com reflexões sobre como a configuração espacial pode contribuir para superar vulnerabilidades e facilitar a resiliência.

Palavras-chave: configuração espacial, sociabilidades, resiliência comunitária, risco, indicadores de resiliência comunitária

AS COMUNIDADES DE BAIXA RENDA PODEM SUPERAR SUAS
VULNERABILIDADES EM SITUAÇÕES DE CATÁSTROFES NATURAIS?
HERANÇAS, RISCOS E INCERTEZA NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NORTE DE
ALAGOAS NAS INUNDAÇÕES DE 2010

Neison Freire

Resumo

Para entendemos as diferentes configurações das catástrofes naturais torna-se necessário uma aproximação da Teoria Social do Risco, com lugar central na agenda dos governos. Os processos de desenvolvimento têm gerado situações de risco convertendo-se em “sociedades de risco”.

As decisões cotidianas arriscadas promovem catástrofes devido à produção social do espaço geográfico, que intensifica as consequências do desastre, especialmente para comunidades socialmente marginalizadas.

Portanto, é importante compreender as variáveis e dimensões dos aspectos teórico-conceituais das vulnerabilidades sociais, das exposições de determinados extratos da população aos riscos de ocupações precárias, onde se materializa a ausência do Estado, além do direito que estas comunidades têm ao conhecimento de suas vulnerabilidades, diminuindo as incertezas, os graus de risco para tomar decisões atuais e futuras.

Diante desse contexto, as comunidades pobres estariam capazes de superar as vulnerabilidades a desastres, considerando-se suas condições de conhecimento dos aspectos que podem deflagrar desastres? Como essa superação pode ocorrer? Como as políticas públicas podem contribuir para essa superação? Quais as principais vulnerabilidades e lições aprendidas com as inundações de 2010, em Alagoas? O que se repete e quais os riscos desses desastres continuarem a se repetir? O que pode ser feito para evitar que o ocorrido em 2010 se repita? Essas são algumas das questões que serão discutidas com base nos estudos de análise das vulnerabilidades dos municípios do Litoral Norte de Alagoas nas inundações de 2010, para que se possa vislumbrar alguns cenários que permitam sair de condições de vulnerabilidades para a construção de resiliência comunitária.

Palavras-chave: vulnerabilidades, resiliência comunitária, risco, catástrofes, indicadores de resiliência comunitária.

RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA E DESASTRES: EXPERIÊNCIA DA REGIÃO
SERRANA DO RIO DE JANEIRO, ALAGOAS E PERNAMBUCO

Edinéa Alcântara de Barros e Silva

Resumo

Em diversas situações de desastres, no Brasil e no mundo, o Estado tem-se mostrado despreparado, com capacidade deficitária para seu enfrentamento. Em tais situações tem restado à sociedade, comunidades e moradores assumirem o protagonismo no enfrentamento dos desastres, com desempenho exemplar e de relevante importância, tendo contribuído para salvar vidas e minimizar danos, durante e depois dos desastres. Esse protagonismo possui características de resiliência, tanto individual como comunitária. Essa reação da população diante de situações de desastre precisa ser reconhecida e melhor potencializada pelas políticas públicas. À luz das experiências de enfrentamento dos desastres ocorridos na Região Serrana do Rio de Janeiro, em 2011, Alagoas e Pernambuco, em 2010, serão discutidas as semelhanças e as diferenças entre as três situações no que se refere ao protagonismo dos moradores, das comunidades e da sociedade, buscando-se identificar lições aprendidas nas três situações. Como as comunidades e sociedade têm enfrentado situações de desastres? Que protagonismo tem sido assumido? Como se tem materializado a resiliência comunitária? Que indicadores podem ser extraídos dessas situações? Como as políticas públicas e o Estado podem reconhecer e incluir a resiliência como uma capacidade potencial a ser fortalecida? Essas são algumas das questões que serão debatidas nesta sessão.

Palavras-chave: resiliência comunitária, solidariedade, desastres, enchentes, deslizamentos, indicadores de resiliência comunitária